

Sisema

Sistema Estadual de Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

Proposta de regulamentação da Lei
22.421 de Dezembro de 2016

feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

 **IEF**
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

 **Igam**
Instituto Mineiro de Gestão das Águas

 **MINAS
GERAIS**
DIÁLOGO EQUILÍBRIO TRABALHO

Necessidade de regulamentação



- Inserção de critérios e parâmetros dos elementos que atribuem sustentabilidade socioambiental na Lei 22.421/2016
- Regulamentação de disposições voltadas para a proteção do meio ambiente na aquisição de bens e serviços nos editais de licitações;
- Estabelecimento de um Comitê Técnico



Proposta de Decreto



Inserção de disposições voltadas à proteção do meio ambiente tem como objetivo:

- Reduzir do consumo de recursos naturais e promover da eficiência energética;
- Expandir de fontes de energia renovável;
- Mitigar das emissões de gases de efeito estufa e de poluentes causadores de degradação ambiental;



Proposta de Decreto



Inserção de disposições voltadas à proteção do meio ambiente tem como objetivo:

- Reduzir do impacto ambiental dos bens e serviços a serem adquiridos pelo Poder Público Estadual;
- Promover a utilização de tecnologias de baixa emissão de carbono;
- Promover a utilização de tecnologias de baixa emissão de carbono.



Proposta de Decreto



Relacionado aos produtos de origem ambientalmente certificada:

- Certificados ambientais reconhecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO;
- Certificados de rotulagem ambiental reconhecidos pela Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- Certificados e selos de performance ambiental reconhecidos pelo SISEMA.



Proposta de Decreto



Relacionado à racionalização da matéria-prima:

- Técnicas de simbiose ambiental, ecoeficiência, produção sustentável, logística reversa, economia circular, etc.

Relacionados à utilização de produtos recicláveis:

- Técnicas e produtos de reaproveitamento de materiais descartados para reintrodução nos ciclos de produção e consumo;



Proposta de Decreto



Relacionados à utilização de técnicas que resultem em redução de emissão de poluentes e de GEE:

- Inventários corporativos de gases de efeito estufa (GEE);
- Planos de mitigação e compensação de emissões de GEE para a execução de obras públicas e provisão de bens e serviços contratados pelo Poder Público Estadual;



Proposta de Decreto



Relacionados à mecanismos de promoção à eficiência energética:

- Sensor de presença para iluminação eficiente (LED);
- Equipamentos de ar condicionado eficientes e com desligamento automático;
- Equipamentos de baixo consumo energético (Etiquetagem com faixa A de eficiência energética);



Proposta de Decreto



- Aprimoramento do conforto ambiental nas edificações;
- Telhados verdes;
- Promoção da iluminação natural
- Aplicação do conceito de zoneamento bioclimático em observância à NBR 15220 de 2005;
- Geração distribuída de energia a partir de fontes renováveis ou cogeração qualificada.



Proposta de Criação de Grupo de Trabalho



Criação de GT para discussão da proposta de decreto da Lei 22.421.

- Após publicação da minuta de criação de grupo de trabalho:
 - 10 dias para a primeira reunião
 - Encerramento até 60 dias após a primeira reunião
 - Prorrogação por até 60 dias

